

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

AUTONOMIA FINANCEIRA, PREFERÊNCIAS ALOCATIVAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUÍPE (BA) NO PERÍODO DE 1998 – 2008

Adriana Carneiro da Silva¹; Eugenio Lima Mendes²

1. Bolsista FAPESB, Graduando em Administração, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: adriana@riachao.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: e.mmendes@uol.com.br

PALAVRA CHAVES: Autonomia financeira, preferências alocativas e desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a questão do desenvolvimento local sob a ótica das finanças públicas. Busca-se investigar a ligação que há entre a autonomia financeira (estrutura da receita), as preferências alocativas (estrutura da despesa) e os padrões dos indicadores de desenvolvimento local do município de Riachão do Jacuípe (BA) no período entre 1998 - 2008.

Os temas finanças públicas e desenvolvimento local estão diretamente ligados, principalmente considerando a tendência e a necessidade de descentralização, do poder central para instituições locais de poder. Com a descentralização, instituída pela Constituição Federal de 1989, os municípios brasileiros passaram a possuir uma maior competência para atuar como ente público. Nesse contexto verifica-se a importância estratégica dos mesmos para promover o desenvolvimento local, já que este é o ente mais próximo do povo.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de natureza descritiva e explicativa. A unidade de análise foi o município de Riachão do Jacuípe (BA). No período compreendido entre 1998 a 2008.

A pesquisa bibliográfica possibilitou uma revisão da literatura sobre a autonomia financeira, as preferências alocativas e o desenvolvimento local. A pesquisa documental implicou no levantamento de leis, decretos etc. de modo que beneficiar o conhecimento necessário para a pesquisa.

Para a análise da autonomia financeira e das preferências alocativas foi utilizada a base de dados dos municípios brasileiros mantida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), denominada Finanças do Brasil (FINBRA), disponível em seu site (<http://www.stn.fazenda.gov.br>). O formato de apresentação dos dados apresenta o grau de detalhamento necessário para o entendimento da pesquisa.

Para a análise do desenvolvimento local os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); Atlas de Desenvolvimento Humano no PNUD e o banco de dados RAIS – Relação anual de informação social, disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

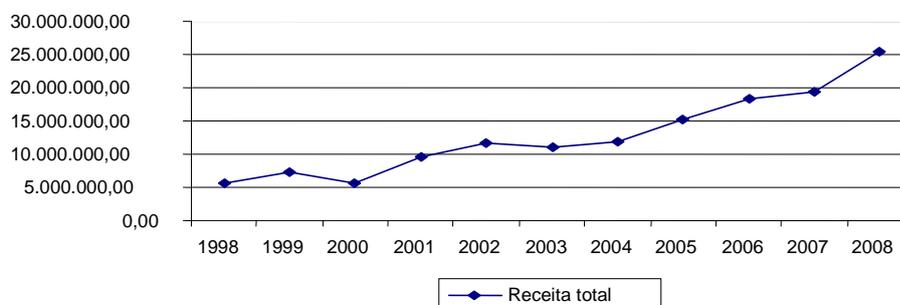
RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

A análise dos resultados aborda os seguintes eixos centrais: autonomia financeira, preferências alocativas e desenvolvimento local, tendo em vista à consecução do objetivo principal da pesquisa.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

A fim de demonstrar a situação da autonomia financeira do município de Riachão do Jacuípe foi realizado um levantamento das suas receitas. O gráfico 01 evidencia a evolução da receita total do município de Riachão do Jacuípe no período delimitado pela pesquisa.

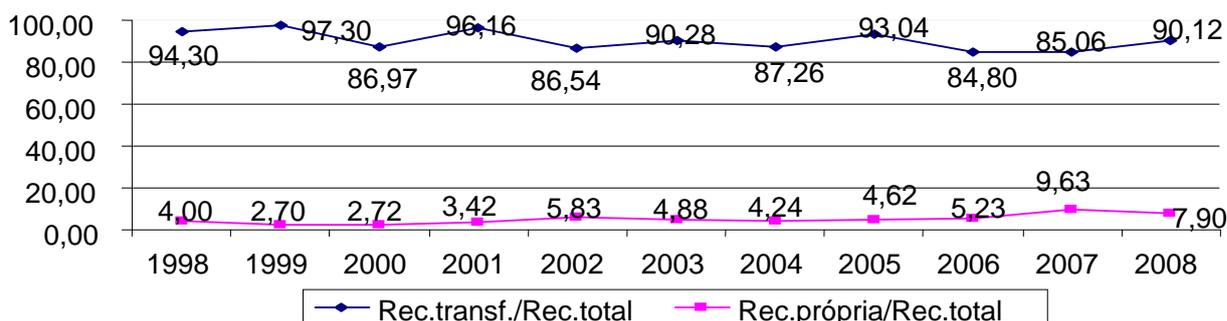
Gráfico 01: Receita total



Fonte: FINBRA/STN

A receita total do município teve um considerável crescimento no período, demonstrando assim que o município aumentou a sua arrecadação. O gráfico 02 apresenta a participação em porcentagem das receitas transferidas próprias em relação à receita total.

Gráfico 02: Participação em % das receitas transferidas e receitas próprias em relação à receita total

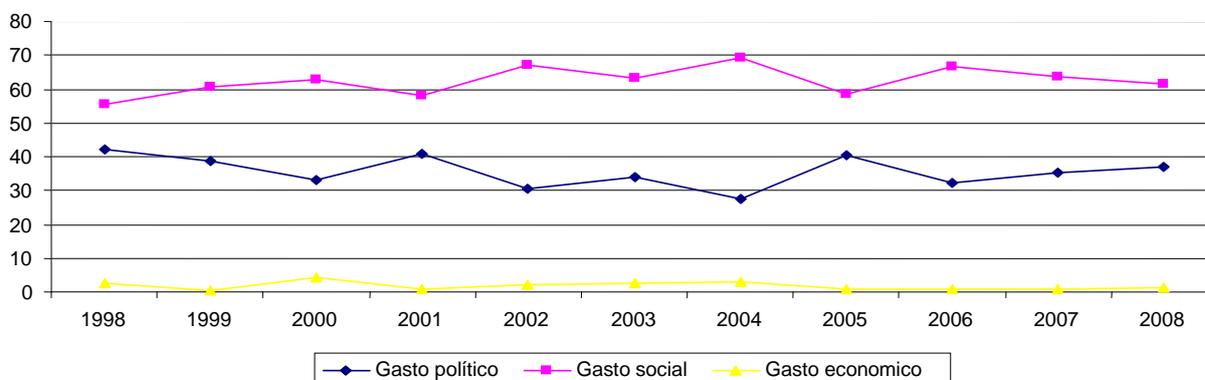


Fonte: FINBRA/STN

A quantidade de receitas transferidas para o município de Riachão do Jacuípe foi bastante elevada, sendo a média no período de mais de 90%. De acordo com a análise desta parte da pesquisa percebe que houve um incremento da receita total do município. Entretanto, este, ainda vive basicamente de repasse das outras esferas de governo. Esta situação é explicada, entre outros fatores, principalmente pela sua baixa base econômica, o que impede uma ampliação da sua capacidade de arrecadação, limitando substancialmente a autonomia financeira e, conseqüentemente, a sua capacidade para financiar as atividades essenciais ao desenvolvimento. O gráfico 03 evidencia as três preferências alocativas do município.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Gráfico 03: Participação em % das preferências alocativas em relação aos gastos totais no período de 1998 a 2008

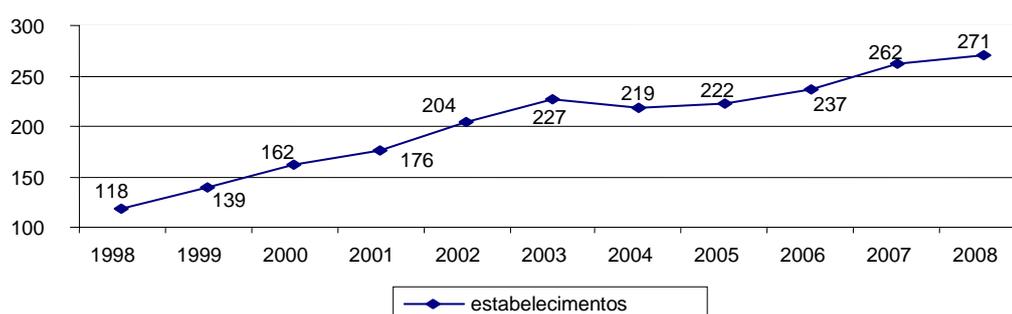


Fonte: FINBRA/STN

A configuração dos gastos do município no período foi o seguinte: gasto social > gasto mínimo > gasto econômico. Nota-se que a porcentagem com o gasto econômico é irrisória em relação aos outros, equivalendo à média no período estudado de 1,9%. Já o gasto mínimo é oscilante, e a média aritmética no período é de 35,7%. O gasto social é dominante representando uma média 62,4%, estes são os que mais beneficiam a população sendo considerados primordiais para a promoção da cidadania.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o município de Riachão do Jacuípe tem sua população estimada em 33.666, em 2009. Possui um IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,646, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD de 2000, sendo o 115º dos 415 municípios baianos. Ainda segundo esse relatório sua renda per capita, em 2000, foi de R\$ 103,96, e o índice de pobreza foi de 61,05%. O gráfico 04 apresenta a evolução do número de estabelecimentos formais existentes no município de Riachão do Jacuípe no período de 1998 a 2008.

Gráfico 04: Número de estabelecimentos formais



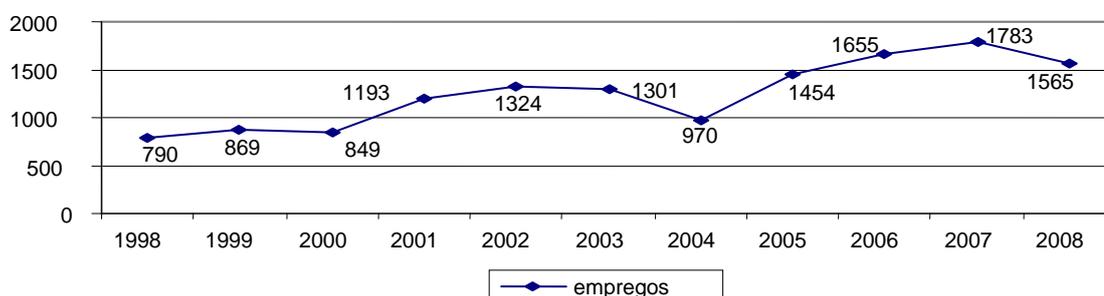
Fonte: Rais, 1998-2008

Observa-se um crescimento de mais de 100% do número de estabelecimentos formais no período estudado. Isso é bastante relevante, pois com o aumento do número de estabelecimento gera maior número de empregos aquecendo a economia do município, bem como o aumento da renda da população local.

O gráfico 05 mostra a evolução do número de empregos formais no município de Riachão do Jacuípe no período compreendido entre os anos de 1998 a 2008.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

Gráfico 05: Números de empregos formais

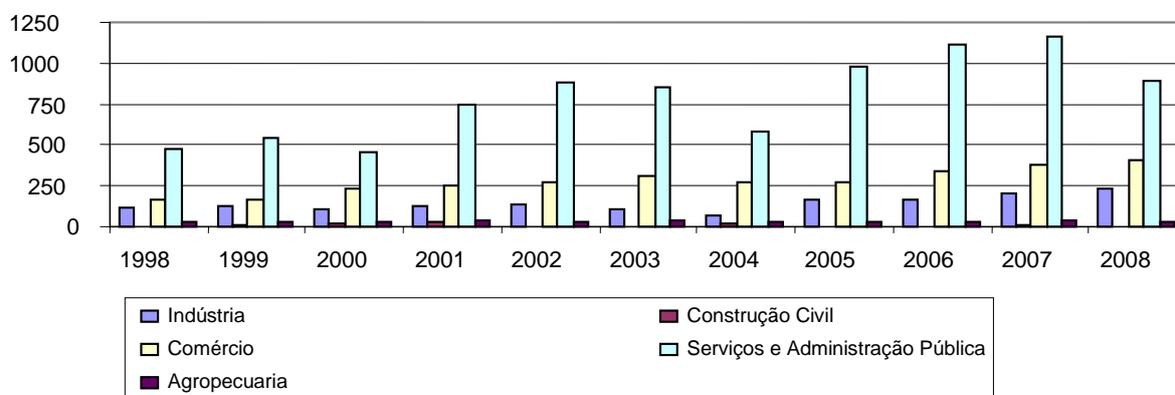


Fonte: Rais, 1998-2008

Observa-se no período estudado um relevante aumento geral do número de empregos formais no município. Vale ressaltar que o aumento do número de empregos formais é bastante significativo para o desenvolvimento local. Com a ampliação da economia local, o município passa a arrecadar mais recursos, próprios e de transferências, elevando assim sua autonomia financeira. Outra consideração a ser feita é sobre os benefícios que os empregos criados podem gerar, acrescentando a renda municipal e o poder de compra da população. Além de fortalecer a moral dos empregados formais impactando a forma de integração do indivíduo com a sociedade.

O gráfico 14 mostra o número de empregados formais de vínculos ativos por setor econômico.

Gráfico 14: Empregos por setor econômico



Fonte: Rais, 1998-2008

O setor que mais empregou no município de Riachão do Jacuípe foi o de serviço, seguido pelo setor comercial. Percebe-se que os empregos no setor público tiveram um aumento considerável, sendo a prefeitura sua maior empregadora. Também vale ressaltar que nos anos de transição da administração pública municipal - 2000, 2004 e 2008 – registram-se uma queda no número de empregos neste setor econômico. Nesse sentido pode-se apreender que de acordo com a gestão política municipal o caráter empregatício do funcionalismo público apresenta grandes variações.

Outro aspecto a ressaltar sobre as possibilidades de desenvolvimento local é o poder regulamentador do município. Como se sabe, o governo municipal é uma esfera de governo com poderes instituídos constitucionalmente e, por isso, possui maior poder de ação que as outras organizações. Utilizando desse poder constituído poderia aumentar as possibilidades de desenvolvimento através de ações como: injunções políticas junto às outras esferas de

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

governo para viabilizar a desapropriação de terras destinadas à reforma agrária; criação de infra-estrutura para viabilizar pequenos parques comerciais e/ou industriais; criar uma política de incentivos a instalação de empresas no município, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados percebe-se que a autonomia financeira do município de Riachão do Jacuípe apresenta limites ao desenvolvimento local. Em primeiro lugar, embora suas receitas tenham registrado significativos aumentos na série histórica analisada ainda é muito baixa a sua capacidade financeira se comparada às enormes carências existentes no município. O volume de recursos que um plano de desenvolvimento local exige extrapola em muito a capacidade financeira do município. Assim, com pouca autonomia financeira o desenvolvimento do município em questão fica comprometido fazendo com que suas potencialidades sejam bem reduzidas. Contudo, isso não deve servir como uma desculpa para os governantes não levarem adiante tal desafio utilizando de criatividade e inovação em suas formas de gerir a administração local.

REFERÊNCIAS

REZENDE, Flávio da Cunha. Descentralização, gastos públicos e preferências alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1984). *Dados*. v. 40, n. 3, 1997.

CRUZ, Cláudia Ferreira da. Aspectos políticos do orçamento municipal: um estudo das finanças do município de Feira de Santana – Bahia (1997-2004). Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Estadual de Feira Santana, 2008.